

## (Des)entendimentos e integração: o acesso à língua pelo imigrante forçado

### (Mis)understanding and Integration: the Access to Language by the Forced Immigrant

Carla Aparecida Marinho Borba<sup>1</sup>

DOI: 10.19177/memorare.v7e22020234-248

**Resumo:** A partir das discussões sobre língua, discurso e ideologia oriundas do dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso de linha francesa (AD), este estudo objetiva investigar a relação entre a língua e o processo de integração de imigrantes forçados no país de destino. Baseados na análise dos relatos de uma família síria, pretendemos problematizar a questão imigratória, que ganhou destaque na agenda global na última década, em uma perspectiva que leva em consideração as dificuldades enfrentadas pelo sujeito imigrante para acessar a(s) língua(s) que constitue(m) o desafio de pertencer a um novo lugar.

**Palavras-chave:** Língua. Imigração. Integração. Preconceito.

**Abstract:** This study aims to investigate the relation between language and the process of integration faced by forced immigrants within the destination country, grounded on the debate about language, discourse and ideology from the Pecheux's French Discourse Analysis language theory. Our corpus will be composed by the narrative from a Syrian family from which we intend to problematize the issue of immigration, which received global attention in the last decade, under a perspective which takes into account the obstacles faced by the immigrant subject to access language (s) in order to belong to a new place.

**Keywords:** Language. Immigration. Integration. Prejudice.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela Unisul; mestre em Letras pela UFSC e doutoranda em Ciências da Linguagem na Unisul. E-mail: cborba60@gmail.com.

## 1 Questões iniciais

Sai do meu país! Sai do meu país! Sai do meu país! Sai do meu país! Sai do meu país! [...]² Eu sou brasileiro! Nós somos brasileiros! Nós estamos sendo invadidos por um soldador de bombas. Miseráveis! [...] que mataram crianças, adolescentes. Cadê o Crivella? [...] Sai do meu país! Sai do nosso país! [...] Vamos expulsar eles! Euuu sou brasileirooo com muito orgulho, com muito amor!³

As ameaças trazidas em epígrafe foram ouvidas pelo refugiado sírio Mohamed Ali, no ano de 2017, em Copacabana, região nobre do Rio de Janeiro. No vídeo que circulou nas redes sociais, é possível ver e ouvir os insultos proferidos por brasileiros segurando pedaços de pau enquanto Ali tentava manter a calma ao lado de sua tenda árabe, onde vendia esfirras e doces sírios. Mesmo com muita dificuldade para se comunicar, ele tenta dizer aos que o insultam que não é terrorista, enquanto alguém grita: “É trabalhador!”. Ambas explicações, no entanto, não conseguem evitar que o sírio, já há 3 anos no Brasil, seja hostilizado em seu lugar de trabalho, publicamente e à luz do dia. Nos comentários ao vídeo está o do próprio Ali dizendo que ele, como outros refugiados, trabalha arduamente para se manter e que se sentia humilhado com o que havia ocorrido.

A situação vivenciada dá indicativos de que existem várias dificuldades a serem enfrentadas pelo refugiado, mesmo quando já se encontra em um país que reconhece oficialmente sua condição migratória. Nossa experiência como parte de um projeto que apoia imigrantes e refugiados em seu processo de integração no Brasil nos faz pensar outras questões relativas ao acolhimento ao estrangeiro, e que encontram interface com a hostilidade sofrida por Ali.

Desde seu início, o Acolhida<sup>4</sup>, projeto ao qual nos referimos, se estruturou a partir das demandas trazidas pela população imigrante, imigrantes forçados, da região de Tubarão, em Santa Catarina. Percebemos, no contato cotidiano oportunizado pelo projeto, a importância do aprendizado da língua portuguesa para essas pessoas, uma vez que, a partir do acesso à língua, acreditam também poder acessar aquilo que consideram fundamental para sobreviverem no novo país: conseguir um trabalho. Por meio dos relatos trazidos pelos integrantes do Acolhida aparece a relação de importância entre falar a língua portuguesa e trabalhar, para, desta forma, se integrar à comunidade local e se estabelecer no Brasil.

No entanto, ao longo do tempo de execução do projeto, vimos que aos imigrantes são lançados muitos outros desafios para além de comunicar-se no/para o trabalho: questões documentais, de saúde, jurídicas, afetivas, dentre tantos outros problemas que passam pelo desafio de falar a língua portuguesa. Algo que nos leva a pensar que a língua do trabalho, como a estamos compreendendo, interesse primeiro do imigrante, parece não dar conta de todos esses outros aspectos que ele precisa lidar em seu convívio. Se tomarmos como exemplo a situação

<sup>2</sup> No texto, utilizaremos colchetes preenchidos com reticências para indicar que parte da fala foi suprimida; e colchetes vazios quando a fala não pode ser compreendida.

<sup>3</sup> Transcrição de parte do vídeo disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/saia-do-meu-pais-agressao-a-refugiado-no-rio-expoe-a-xenofobia-no-brasil>. Acesso em: 20 jan. 2020.

<sup>4</sup> Utilizaremos o termo Acolhida para nomear o projeto Acolhida ao Migrante, do qual fazemos parte desde 2014.

vivenciada por Ali, que vendia suas esfirras em Copacabana, perceberemos que a língua do trabalho não foi suficiente para que se defendesse numa situação de hostilidade. Manejar a língua do trabalho, então, apesar de todo desafio que impõe ao imigrante, por ter que aprendê-la em razão de uma necessidade básica, como, neste caso, seu sustento, pode até ser considerado relativamente menos complexo se compararmos a outros usos da língua que também fazem parte da realidade vivida por ele em seu dia a dia: tratar-se de uma doença, renovar sua solicitação de refúgio, defender-se de violações sofridas, ir ao mercado, matricular o filho na escola, abrir uma conta bancária, relacionar-se com quem mora em sua rua, e assim por diante. No trabalho, muitas vezes em razão dos subempregos a que é submetido, lhe é impossibilitado até falar.

Diante desses aspectos, parece que há algo a mais que funciona na língua, e que nos faz refletir acerca de que língua é essa que deve ser aprendida pelo imigrante, para que ele possa sobreviver em terras estrangeiras e se sentir pertencente ao Brasil. Pensando que, se o conjunto de códigos que permite a ele o acesso à língua do trabalho não é suficiente para possibilitar que enfrente outras situações de seu convívio, há algo que deve estar funcionando na língua para além de sua estrutura. Este estudo, então, pretende contribuir para uma reflexão acerca do acesso à língua, a partir da problematização do discurso sobre e do imigrante forçado, também nomeado refugiado, e seus efeitos no processo de integração em um novo lugar.

Para discutirmos essa questão, utilizaremos trechos da conversa que tivemos com uma família mulçumana, de origem Síria, integrante do Projeto Acolhida do qual participamos. O casal está no Brasil há quase 4 anos, junto aos dois filhos, de 5 e 1 ano. A família se sustenta com o trabalho do pai, como cozinheiro de um restaurante árabe, e da mãe, que faz pratos árabes para serem vendidos em domicílio. A proximidade que construímos com esta família a partir das atividades do Projeto Acolhida nos proporcionou vários momentos de conversa no início de 2020. Dentre elas, esta conversa<sup>5</sup>, em especial, cujo tema surgiu ao acaso em um desses momentos, mas que imediatamente nos levou a pensar as questões que ali surgiam pelo aparato teórico da Análise do Discurso de linha francesa (AD), o que ensejou a escrita deste artigo. O relato do casal acerca da convivência com a comunidade local, feito durante esta conversa, constitui o corpus deste estudo.

Com base no material e em nosso interesse nestas questões, subsidiados pela AD, buscaremos investigar a relação entre a língua e o processo de integração de imigrantes em condição de imigração forçada no país de destino. Para tanto, em nosso percurso de análise, discutiremos as relações entre língua e pertencimento, língua e capitalismo, e, por fim, língua e preconceito.

## **2 A língua e os percalços na/da jornada de integração em um novo lugar**

O desafio de mover-se ao longo do planeta, fora do território natal, em condições profundamente adversas, oriundas de guerras, catástrofes ambientais e crises político-econômicas, tem feito parte da realidade das

---

<sup>5</sup> O uso dessa conversa para a pesquisa foi autorizado pelos participantes.

mais de 70 milhões de pessoas que globalmente se encontram em situação de deslocamento forçado<sup>6</sup>. O número cresceu em 2.3 milhões de pessoas no último ano, e chega ao dobro de deslocados forçados em 20 anos<sup>7</sup>.

Enfrentar os perigos que envolvem conseguir chegar a um novo território, no entanto, não faz com que a jornada em busca de um lugar seguro, em que se possa encontrar o necessário para viver, termine. Desafios para regularizar sua situação no país de destino, encontrar um trabalho, acessar postos de saúde, escolas, moradia, enfim, a convivência cotidiana, se impõem como mais uma etapa da viagem feita pelo imigrante forçado na busca de um lar.

Nos relatos trazidos pelos integrantes do Acolhida, seja no atendimento realizado no Núcleo de Apoio<sup>8</sup> ou nas aulas de língua portuguesa<sup>9</sup>, percebemos o quanto a língua atravessa necessidades fundamentais para estas pessoas. Embora o interesse central em aprender a língua se relacione à busca pelo sustento, não é apenas o espaço do trabalho que articula as relações que se estabelecem para que o imigrante possa se integrar e viver em comunidade. Algo continua ainda como empecilho, como dificuldade, que pensamos ter a ver com o acesso à língua, mas não só. E, então, nos questionamos: seria a mesma língua a do espaço do trabalho e a desses outros espaços que o imigrante precisa acessar? O esforço para codificar e decodificar o idioma do país de destino daria conta do que se precisa para a inserção nestes espaços outros? Em falando a língua portuguesa, este imigrante encontra espaço de escuta?

Ao analisar a prática da linguagem na migração e a relação com as línguas, Payer (2016, p. 349) relaciona o discurso *sobre* o imigrante e o discurso *do* imigrante, apontando para uma possível não escuta deste último, ou desses outros lugares de dizer em que esse sujeito imigrante se significa, uma vez que “trabalha, tem família, amigos, enfim, que (sobre) vive”. Reflete a autora:

De fato, é interessante notar como, ao escutar e/ou analisar a produção de linguagem de migrantes – quando dizem, pois seu lugar seria por princípio o do silêncio – é possível identificar lugares enunciativos outros e modos diferentes de significar, nos entrecruzamentos e nos contornos do dizer. Contudo, é preciso ter ouvidos, atentar, acolher o que está deslocado. Tais sentidos outros não coincidem com aqueles pré-fixados no discurso *sobre*, e sim indicam o diverso, algo *entre* posições, entre línguas, *entre* os estatutos diferentes delas (língua materna, oficial, estrangeira, dialeto) em que se apresentam sentidos que se produzem também no movimento do sujeito, *no processo mesmo de migrar*. (PAYER, 2016, p. 349).

<sup>6</sup> De acordo com o último relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Disponível em: <<https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5d08d7ee7/unhcr-global-trends-2018.html>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

<sup>7</sup> Solicitantes de refúgio, refugiados e deslocados internos são os três grandes grupos que compõem o relatório do ACNUR. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2019/06/19/deslocamento-global-supera-70-milhoes>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

<sup>8</sup> No Núcleo de Apoio do Acolhida são realizados atendimentos diversos, tais como elaboração de currículos, acompanhamento jurídico, auxílio em questões documentais, de trabalho, saúde, alimentares, dentre outros.

<sup>9</sup> Nas aulas de língua portuguesa como língua de acolhimento participam imigrantes de várias nacionalidades e a metodologia busca oportunizar que os alunos vivenciem situações cotidianas de comunicação para que acessem espaços fundamentais à sua integração na comunidade local.

Trazemos essa reflexão para pensarmos todos esses elementos que atravessam a relação do migrante com a língua e a necessidade de pertencimento a um novo lugar. Dizeres sobre e do migrante, sua língua materna, a língua oficial de seu país (que tantas vezes não coincidem entre si), a língua do país de destino, neste caso o português, e o manejo da(s) língua(s), dada a diversidade dos espaços em que precisa transitar, se entrecruzam de que forma? Que língua é a nesses/desses tantos “entrecruzamentos” do dizer a que se refere Payer? Uma língua no entremeio.

Se caminhararmos pelas teorias da linguagem, encontraremos visões a respeito da língua que a compreendem como algo neutro, transparente, não passível de ruído, ou seja, noções de uma língua não polissêmica, em que o sentido se encontraria estabilizado e disponível a qualquer um que dominasse o código linguístico. Uma “ilusão de transparência”, como menciona Orlandi (2017a, p. 213), pois ao compreendermos a língua como tal, esquecemos o real e todos os atravessamentos inerentes ao discurso.

Mas será que esta língua, tomada como código, conjunto de signos que se estrutura de forma sistemática veiculando o sentido, daria conta de explicar as questões que tratamos aqui? Tomando por lentes a contribuição da AD, pensamos que não e, para isso, partimos dos sentidos que funcionam na definição de língua a partir de seu uso.

Vejamos, por exemplo, o que nos disseram Abu e Am<sup>10</sup>, jovem casal sírio, cujo relato é objeto desta análise, quando perguntados sobre a importância do árabe, sua língua materna, conforme as seguintes sequências discursivas (SD):

SD1 – Am: Pra Alcorão.

SD2 – Abu: Nós tratamos na religião. Tem aqui bíblia né? Em português. Mas nós temos alcorão. Tem que ler em árabe. Se não sabe ler árabe, não vai saber ler alcorão. Ela sabe *escribir* todas as letras árabes e letras português também. Números. Ela salvou agora alguns papel do Alcorão<sup>11</sup>.

Para Abu e Am, sírios de origem mulçumana, a relação com a língua árabe está profundamente ligada à importância da religião para seu povo. A Síria tornou-se país símbolo da chamada crise migratória global, ganhando as manchetes dos jornais do planeta, em razão de um conflito que se iniciou em 2011 e que hoje se reflete em cerca de 6.7 milhões<sup>12</sup> de pessoas deslocadas forçadamente. A massa de refugiados que alcançou a Europa causou reações dos governos, traduzindo-se em posturas restritivas à presença de imigrantes, o que fez com que países de trânsito, como o Brasil, se tornassem o ponto de chegada na rota pela sobrevivência. Este grupo, tal qual Abu e Am, é formado majoritariamente por mulçumanos. Pensamos, então, que esta relação entre língua e religião não deve ser menosprezada, pois não se trata tão somente da garantia da ritualização de uma prática, mas, sim, algo que constitui o sujeito, neste caso, um sujeito em movimento, deslocado de

<sup>10</sup> Abu, Am e Nrijis são nomes fictícios escolhidos pela família síria cujo relato é objeto de análise neste artigo.

<sup>11</sup> Nesse fragmento, Abu se refere a Nrijis, sua filha de 5 anos.

<sup>12</sup> Conforme dados do Global Trends publicados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR. Disponível em: <[https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf#\\_ga=2.84514205.507171567.1582135089-1617475947.1581964652](https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf#_ga=2.84514205.507171567.1582135089-1617475947.1581964652)>. Acesso em: 20 jan. 2020.

seu território, de sua nacionalidade e até mesmo de sua identidade, que deverá, de alguma forma, se reconfigurar no novo espaço de existência.

Orlandi (2017b, p. 71), ao refletir sobre os sentidos do corpo imigrante, menciona o papel da cultura, a partir de Giard e De Certeau, como essa invenção de liberdade na imposição, nos espaços coercitivos, como se a cultura fosse um “espaço em movimento”. A autora resgata essa compreensão de cultura, pois nela é permitido se pensar a imigração como “um movimento de sentidos, silêncios, historicidade, trabalho social” que traz consigo “os sujeitos e a linguagem” (2017b, p. 72), que têm seus processos de significação desencadeados pelo corpo e pela presença, o que é chamado por ela de corpo-memória. Nessa noção, o corpo não é tido como coisa, mas como situação, relação do simbólico com o político, essencial à constituição do sujeito que é individuado pelo “Estado, seus discursos e instituições” (2017b, p. 72), e a partir desses discursos se individua. Pensamos então, que esta relação da cultura com os sentidos do corpo imigrante, proposta por Orlandi, nos ajuda a pensar a conexão entre língua, religião e identidade, presente nas SD1 e SD2, e na diferença entre o discurso sobre o imigrante/refugiado e o discurso do imigrante/refugiado.

Para Abu e Am, língua e religião parecem mobilizar sentidos de pertencimento a um lugar que não mais está lá, territorialmente, uma vez que o país não mais existe, sua casa, seu lar, como deixaram (e não será mais o mesmo). Esse lugar, então, é resgatado e ressignificado, um “espaço em movimento”, como mencionamos anteriormente e cujo acesso se faz por meio da língua. Língua e religião, neste caso, se imbricam na constituição da identidade desse sujeito que se move, como se fosse um fio que o segurasse ao território natal. Se a língua é símbolo da nação, representação do Estado, elemento que, mesmo longe do território de origem, distingue quem com ele tem vínculos, no caso sírio este simbolismo se intensifica por se tratar de um Estado em que religião e política se costuram intrinsecamente, a ponto de originarem uma guerra. Orlandi (2007, p. 13) menciona que:

A questão da língua nacional é uma questão que faz parte de qualquer Estado. Ter um Estado soberano é poder representar na variedade concreta da língua, uma unidade imaginária que dá identidade aos sujeitos desse Estado. E em se tratando de formas de controle da subjetividade, a normalização da linguagem, com toda a violência contra o imaginário que ela implica, tem um papel crucial.

Manter a língua, então, neste caso, parece segurar o fio que conecta Estado e cidadania, ao mesmo tempo em que distingue pertencimento e exclusão, num esforço que normalize uma situação de marginalidade, pois ser imigrante, refugiado, mulçumano, convoca sentidos de estar à margem, de estranho, de não ser de um determinado lugar. Não por acaso, logo após mencionar a religião, Abu estabelece a relação de importância da língua para o contato com familiares. A filha nascida no Oriente Médio veio com a família antes de saber falar, e por isso aprendeu árabe no Brasil através da rotina em casa. Esse outro uso da língua árabe e o contato com a família de origem também são referidos por ele ao pensar em sua importância e nos motivos de ensiná-la para a filha.

SD 3 – Abu: Tem parente também, árabe, quando quer falar com eles, eles não entende português. Quando eles fala com ela. Eles árabe. [...] Minha mãe, minha irmã. Eles têm filhos. Eles sempre conversou com ela. Se ela não fala árabe, como eles vão entender?

Mesmo sem ser, em princípio, essencial para sua relação com os nacionais do país de destino, seu novo lar, a língua árabe aparece como prioritária para a família ao pensarem a educação da filha. A relação de importância entre a língua materna e a segunda língua estabelecida por Abu parece dar pistas acerca do quanto manter o árabe se relaciona com significar sua própria identidade e sua constituição como sujeito. Mesmo fora da Síria, o pai de Nrjis simula um ambiente que possibilite um aprendizado de língua árabe como língua materna, algo que, inclusive, se materializa na demora do início da vida escolar de Nrjis, que só passou a ir à escola após aprender a falar em árabe.

Ao discutir o aprendizado da língua estrangeira, que chamamos aqui de segunda língua, Coracini menciona a distinção entre *saber* e *conhecer* a língua:

A língua, portanto, que sabemos é a chamada língua materna, aquela que fala de nós, a que conhecemos é a língua estranha, a língua do outro, que compreendemos a partir da primeira, que nos constitui enquanto sujeito. A língua estrangeira seria, segundo Melman (1992), uma língua de comunicação, que teria uma função, mas que seria exterior ao próprio sujeito, tal como um instrumento (CORACINI, 2014, p. 7).

Saber ou conhecer a língua portuguesa, saber ou conhecer a língua árabe, questões que emergem a partir desta distinção proposta por Coracini e do que ela implica, ou, ainda, de que forma essa língua que poderíamos chamar de língua de acolhimento – a língua portuguesa – mobiliza sentidos de pertencimento ou de exclusão pelo sujeito imigrante. Dominar o código seria o mesmo que conhecer a língua ou acessá-la? Ao pensarmos na conexão entre religião e família atravessada pela língua a partir das SDs 1, 2 e 3, nos parece que a relação entre língua e identidade na constituição do sujeito imigrante ganha outra dimensão de importância. Na casa da família síria, para tentarmos entender essa importância, todos os meios de comunicação permitidos são na língua de origem: canais de televisão, rádio, redes sociais; e a interações entre eles também acontecem somente em árabe.

SD4 – Abu: Não... aqui em casa eu não deixa eles falar português, só árabe. Aí não esquece... [...] Aí na rua, na escola é tudo português. Se ela falar português aqui ela vai esquecer.

A preocupação de Abu com o esquecimento da língua nos convoca a pensar os sentidos que circulam neste discurso, pois nos parece não se tratar apenas de esquecer a língua, mas, sim, tudo aquilo que a ela está vinculado. Estamos nos referindo aqui à relação do imigrante com sua terra, sua nacionalidade, sua origem, que, no caso desta família, as condições de produção que chamaremos adversas ressignificam a relação deste sujeito com os elementos: terra, nação, origem.

Para problematizarmos a relação entre língua, religião e família nas SDs 1, 2, 3 e 4, nos interrogamos, então, sobre os efeitos das “condições de produção econômicas e ideológicas na formação social” e “das categorias – série de enunciados, já-ditos, uma memória discursiva – em

torno das nacionalidades” (PAYER, 2019, p. 277), pois pensar a relação do imigrante com sua terra, seu vínculo com o Estado, seu lugar de nascimento, implica olhar também para os sentidos mobilizados pela imigração na conjuntura recente. Referimo-nos aqui à construção histórica do imigrante forçado no pós-Segunda Guerra e, mais recentemente, no cenário pós-crise financeira de 2008, com os fluxos migratórios que alcançaram o continente europeu e trouxeram a imigração para o centro das discussões no espaço midiático e político. Voltamos aqui à noção de corpo-memória e às várias formas de significar esses corpos que se deslocam interpelados pela ideologia, numa relação “língua-discurso-ideologia”, como menciona Orlandi (2017a, p. 214), sob condições de produção capitalistas, cujos efeitos pretendemos discutir na próxima seção.

### 3 Imigração, globalização e capitalismo: o (não) pertencimento do outro

Por mais que pensemos tal qual Ventura, Baraldi e Illes (2013, p. 441) que “as migrações acompanham a história da humanidade”, sabemos que, ao longo do processo civilizatório e da constituição dos espaços de poder dentro do sistema que vivemos, o capitalista, esse fenômeno ganhou novos contornos. O deslocamento desses centros de poder representado pela globalização, do Estado para o mercado, do bem comum para o privado, trouxe consigo a facilitação da circulação de mercadorias e do capital, mas, como colocam os autores, “não foi capaz de eliminar fronteiras, sobretudo no que se refere ao movimento das pessoas” (VENTURA; BARALDI; ILLES, 2013, p. 441).

Os sentidos ecoados pela imigração, que tomaremos aqui como enunciado, subsidiados pela AD, são formulados, constituem-se e circulam sob os efeitos das condições de produção econômicas e ideológicas desse sistema. Não há como pensarmos a imigração, e, mais especificamente, os fluxos migratórios forçados descolados de uma perspectiva que reconheça a centralidade do capital nos processos decisórios, na relação do político com o simbólico, na formação social contemporânea. É importante mencionar que o fenômeno migratório parece ganhar uma nova roupagem no pós-Crise de 2008<sup>13</sup>, recebendo atenção das agendas governamentais do Ocidente:

Assim as migrações se tornaram paulatinamente um tema de primeiro plano das políticas internas, em particular do mundo desenvolvido. Porém, alguns dos novos fluxos internacionais de pessoas provocaram, ao contrário do que se poderia supor, a ascensão de políticas migratórias restritivas e de discursos populistas nacionalistas ou até xenófobos, constituindo um dos maiores paradoxos da globalização econômica (VENTURA; BARALDI; ILLES, 2013, p. 442).

Paradoxo este que nos faz trazer a AD para pensarmos a contradição nos dizeres sobre a mundialização e seus efeitos no discurso (anti)migratório, pois, se de um lado temos a globalização, como fenômeno compreendido a partir da “ideia de que vivemos todos num único mundo” (GIDDENS, 2000 p. 20), com a permeabilização das fronteiras e a livre circulação do capital; do outro, temos inúmeros obstáculos impostos às pessoas cuja circulação não é permitida. Ou seja,

<sup>13</sup> Crise financeira do capitalismo que alcançou efeitos no âmbito global.



como colocam Ventura, Baraldi e Illes (2013, p. 442), isso ocorre “porque as razões que impedem os indivíduos a moverem-se crescem tanto quanto os obstáculos”. O discurso democrático, libertador e igualitário pró-globalização parece, então, tentar apagar a relação do capital, ou ainda do capitalismo, na construção de um discurso sobre a imigração forçada que mobiliza sentidos de perigo, crise, doença, na significação do sujeito imigrante. Categorias, aqui compreendidas como enunciados e já-ditos em torno das nacionalidades, como menciona Payer (2019, p. 277), que “pareceriam em vias de serem ultrapassadas [...]. Isto se suas formas não fossem postas em xeque, por refluxo, por forças de mercado globalizadas”. Algo que faz com que interroguemos quem é esse imigrante sob condições de um sistema caracterizado “pela compra e venda da força de trabalho”, remetendo-nos aqui à noção marxista de que “a riqueza do homem é a riqueza de suas relações sociais” (ORLANDI, 2017a, p. 216-217).

Para que possamos entender melhor ao que nos propomos nesta pesquisa, é preciso lembrar a relação estabelecida no marxismo entre egoísmo e a sociabilidade a partir de Orlandi, pois, nessa concepção, o egoísmo não seria algo naturalmente humano, mas sim resultado das atividades que desenvolvemos, compreendendo que o homem é “produto da história e seu criador” (ORLANDI, 2017a, p. 217). A alienação, então “desenvolve-se quando o indivíduo não consegue discernir e reconhecer o conteúdo e o efeito de sua ação interventiva nas formas sociais.” (2017a, p. 218), o estranhamento entre o trabalhador e o produto de seu trabalho, algo que o assujeita a uma ideologia dominante, colocando-o a serviço do interesse do capital.

E é aí que entra uma noção chave discutida por Orlandi, que nos interessa: a humilhação como prática social em condições de produção capitalista, a humilhação como discurso e decorrência da alienação, estabelecendo relação entre ter valor e o que o trabalhador produz para o sistema. Nessa concepção utilidade/invisibilidade, sob o viés do capital, se constrói a humilhação, interpelada/tecida pela ideologia, no contexto da luta de classes, que levaria à segregação daqueles que não têm o valor que alimenta a dinâmica da circulação do capital.

Nessa tessitura, questionamos os efeitos da segregação para o imigrante forçado. Tolhido de sua pátria de origem, de atuar em sua área de formação do trabalho, de falar a sua língua, como fica a relação de pertencimento diante das condições de produção capitalistas? Considerando, a partir de Pêcheux (1997b, p. 82), que as formações imaginárias “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar ou do lugar do outro”, que sentidos funcionam na formação imaginária do que seja um imigrante? O discurso sobre o imigrante, seja na mídia, seja no âmbito dos governos, tem se constituído por uma imagem xenofóbica, de negação das condições de produção que impõem a quem imigra uma situação de exílio? De que forma esses pré-construídos acerca do imigrante, aqui, especificamente, o mulçumano, mobilizam sentidos anti-imigratórios?

Essas questões que nos levam a resgatar a relação língua-discurso-ideologia e a noção de humilhação-segregação proposta por Orlandi (2017a). Em seu estudo sobre o menino do tráfico, o Falcão, a autora

investiga a delinquência como segregação e também resistência. Ao relacionar o delinquente à posição de segregado perante o sistema capitalista, Orlandi (2017a, p. 224-225) coloca que “ele (o delinquente) é aquele que é o resto, para o qual já não cabe nem a lei”. Pensamos aqui que o lugar ocupado pelo imigrante forçado, pelo refugiado, encontra similitudes com a do delinquente, o que poderia explicar atitudes de não aceitação, como veremos na próxima SD. Trata-se, nos parece, de um sentido de marginalidade, de criminalidade associada ao imigrante, que a língua tomada como código (pensando na comunicação entre a vizinha e Abu) não é capaz de conter, ao mesmo tempo que é esta língua, neste funcionamento de não entendimento, que materializa os sentidos de negação deste outro.

Trazemos, então, o relato de Abu e Am acerca de uma situação de hostilidade dos vizinhos em relação a eles, vivida no prédio onde moram com os filhos, para, a partir desta situação, tentarmos compreender os efeitos de sentido mobilizados pelos dizeres sobre imigração no processo de integração por que passa o imigrante.

Abu e Am moram com os dois filhos pequenos há cerca de 2 anos num edifício residencial. Abu explica que uma das vizinhas tem uma implicância com sua família e reclama continuamente das crianças, justificando que fazem muito barulho.

SD5 – Abu: Quando morou aqui, síndico ele falou comigo, não pode fazer barulho depois das 10 horas da noite. Tudo bem. Agora minha vizinha, não sei porquê reclama. Meu filho, ele tem 1 ano e 7 meses, mas quando ele anda, ele anda com um peso na pé, pra se segurar, pra não cair. [...] Quando ele anda na apartamento, ela abre janela... grita, grita... Nunca ouvi igual ela. Ela grita, não é normal. [...]. Ela chama síndico. Aí eu falei: entra aqui em casa, pode ver se tu acha alguma bola. Ela falou eu tenho bola e os meus filhos eles jogando<sup>14</sup>.

A SD5 parece nos trazer pistas da dificuldade que Abu e a vizinha encontram para estabelecer um diálogo que possibilite o entendimento das realidades/necessidades de ambos para que tenham uma convivência amistosa. O caminho encontrado pela vizinha para mostrar seu incômodo passa por um uso da língua que parece não permitir que esse diálogo se estabeleça: ela grita da janela, faz xingamentos, algo que nem sempre o casal é capaz de compreender, e chama o síndico, uma autoridade, cuja posição que o sujeito assume, a de quem representa a obediência às regras do prédio, já coloca o casal numa situação de estar sob investigação acerca da violação do cumprimento das regras existentes.

No comportamento da vizinha parece haver um estranhamento, um interesse de resolver sem precisar dialogar, um movimento de expulsão, uma vez que, seja pelos gritos ou pela presença da autoridade máxima do prédio, se atribui à família um *status* de não pertencimento, que dá pistas acerca de sentidos de uma ilegalidade, que parece permanecer apesar da oficial legalidade conferida pela lícita declaração de sua condição de refugiado. Isso nos lembra a discussão proposta por Payer (2019, p. 278) sobre os efeitos de sentido de *humano*, no enunciado direitos humanos “envolvendo aspectos de legal/ilegal, de humano, de

<sup>14</sup> Abu se refere ao que a vizinha falou sobre ele.

desumano”, como se algo sobrasse depois “do não-lugar”, para além do jurídico, “sujeitos-corpos que ficam fora e que (não) significam, de um ponto de vista sistêmico”. Algo que nos provoca a perguntar sobre o quanto ser imigrante, ser mulçumano, ser refugiado tem efeitos na atitude tomada pela vizinha. No seu incômodo pela obrigatoria convivência com o casal de estrangeiros, de que forma os dizeres sobre imigração tem efeitos na acolhida (ou não) desta família?

Na SD6, abaixo, Abu relata a chegada de representantes do Conselho Tutelar ao seu apartamento:

SD 6 – Abu: Ela falou, mandou policiais. Aí eu falei tu é vizinha, eu sou estrangeiro, eu não sabe ler, mas pode entrar aqui. Eles entra, eu dá pra ele chá árabe [ ] pra conversar. Aí eu falei: se eu tenho uma coisa errado, pode falar, eu não vou fazer nada. Mas eu tenho um filho, 1 ano e 7 meses. Como vou deixar ele na cama?

Abu, por não conhecer a figura do Conselho Tutelar, se refere aos representantes como policiais, pois parece ser o meio que encontra para significá-los diante da posição-sujeito que ocupam, com legitimidade para levar seus filhos, se fosse o caso. Mais adiante, ele relata que os gritos da vizinha chamaram a atenção de atendentes da Área Azul, zona de estacionamento rotativo na avenida onde o prédio está localizado, tudo isso em razão da gravidade das ameaças:

SD7 – Abu: Ela abre a janela e grita: “Vou matar essa criança. Meu Deus, me ajuda, vou matar essa criança”. Quem escutou, aqueles que trabalham na Área Azul, no prédio ao lado, em cima da farmácia. Eles fazendo áudio, mandaram na Conselho Tutelar. Eu estava no meu trabalho. Eles entraram. E minha esposa ela não sabe falar tão bem. Tocaram a porta. O que eles querem. Querem levar os meus filhos.

SD8 – Abu: Eu não estava, mas minha esposa ela abriu, ela viu 4 mulheres. Elas falaram: você tem doença? Você tem alguma coisa na tua cabeça? Você vai querer matar os filhos? Ela tremendo, chorando muito. Ela ligar pra mim. Como eu fiquei aqui não sei. Acho que deu 2 minutos do lugar onde eu trabalho até aqui. Eu entrei e quero eles ir embora. Porque não dá para entrar.

O relato de Abu dá pistas sobre algo que trabalha na língua para além do que parece ser dito. A ameaça da vizinha, quando diz “Vou matar essa criança”, e a posterior reação do Conselho Tutelar, que atribui à esposa de Abu e não à vizinha brasileira a autoria do que foi dito, parecem ecoar um imaginário acerca do imigrante mulçumano que o coloca na posição de humilhado, “em que progressivamente ele perde sua identidade, sua estima e o respeito de si” (ORLANDI, 2017a, p. 224). Parece-nos que o já-dito, os pré-construídos acerca do que é ser árabe e imigrante, e aí voltamos nos sentidos de terror, violência, marginalidade, interpelam ideologicamente a própria ação do Conselho Tutelar, que, embora representante do Estado e do Direito, questiona quem foi ameaçado e não quem fez a ameaça. E isso não acontece ao acaso. “Há um universo de normas que funciona na segregação” (ORLANDI, 2017a, p. 225) e que coloca o estrangeiro, o imigrante, o mulçumano neste lugar de marginalidade, possibilitando a situação vivida por Abu e Am. Mas de que forma a língua, pensando aqui a língua portuguesa, colabora ou inviabiliza a construção desse (des)entendimento? O que há nesse espaço, nesse vão onde a língua,

tomada como código, não consegue garantir o diálogo que permita uma convivência pacífica? Pensamos que nesse “vazio do dizer” explodem sentidos e uma língua outra, que trataremos na parte final desse estudo.

#### 4 (Des)entendimentos: uma língua outra que reside no vão dos sentidos do (não) dizer

Ao investigar como se dá o funcionamento da metáfora no interior da relação entre o chamado direito ao esquecimento e os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, Daltoé (2014, p. 150) menciona que, “mesmo marcado pela página em branco da internet, este dizer, ou melhor, o não dizer delatado, não deixa de produzir sentidos [...] logo, o vazio é saturado e seu ‘silêncio’ também significa”. O vazio do dizer não se traduz a um vazio de sentidos, pelo contrário, ele é ocupado por outras formulações, mobilizando outros sentidos, formas outras de significar.

Trazemos a contribuição de Daltoé para pensarmos esse vão que parece se abrir na dificuldade que encontram Abu e Am para se comunicarem, entenderem e se fazerem entender na situação em análise. Um vão que acreditamos ser saturado de sentidos, tal qual o vazio mencionado por Daltoé, e estar preenchido por uma outra língua. Algo que vem a significar o espaço do *desentendimento*, termo que emprestamos de Rancière, pois o autor, ao trazê-lo para explicar que “a política é a esfera da atividade de um comum que só pode ser litigioso” (1996, p. 29), argumenta que o todo de uma comunidade nunca vai equivaler à soma de suas partes, algo que pode nos ajudar a pensar os efeitos de sentido no discurso sobre o imigrante: a marginalidade, a exclusão, o não pertencimento. Neste *desentendimento*, segundo Rancière, haverá sempre uma espécie de erro de cálculo, um *excedente* que não é contado: a *parcela dos sem-parcela*.

Estamos considerando, então, que na ausência da possibilidade de diálogo, na língua que falha, que rasga, cujos efeitos deslizam e se transmutam em um fazer, neste caso, o da vizinha que ameaça ou o do Conselho Tutelar que acusa, há uma língua outra constituída pelos já-ditos acerca do imigrante, interpelados pela ideologia dominante, que o coloca na condição de humilhado-segregado, como menciona Orlandi ao discutir o sistema capitalista. Para nós, esse imaginário que toma conta deste vão e dá forma e preenchimento a ele é o preconceito. Orlandi (2017b, p. 94) afirma que o preconceito “é uma discursividade, que circula sem sustentação em condições reais, mantida por um imaginário atravessado por um poder dizer que silencia sentidos na base do próprio processo de significação”, o que, para nós, parece indicar a presença de uma forma particular de comunicação, uma língua outra, justamente a do preconceito, baseada nas “condições de existência e de produção” a que está submetida:

Há um imaginário social que vai constituindo direções para esses sentidos, hierarquizando-os, valorizando uns em detrimento de outros, de acordo com as relações de força e de poder que presidem a vida social, e a relação com a alteridade. Elas vão fazer com que as diferenças sejam silenciadas em suas especificidades e signifiquem em relação a esse imaginário que administra as relações de sentidos e, logo, as relações

sociais e de poder simbolizadas, ou seja, políticas. (ORLANDI, 2017b, p. 94).

O preconceito se constituiria, por assim dizer, nesse espaço das relações sociais, que, para Orlandi (2017b, p. 95-96), caracteriza uma forma de censura, “da ordem do silenciamento local, da interdição no seu funcionamento”, “um silenciamento que se faz por interdição, por proibição [...] o que fica silenciado, censurado, o que não pode ser dito”. No caso do imigrante, o racismo, a segregação, a não aceitação do estrangeiro ocupam este vão de sentidos saturados e tem efeitos na individuação do sujeito imigrante, na forma como se diz e é dito, ou, ainda, na construção de sua identidade, reconfigurada e ressignificada na sua condição de mobilidade/emergência.

Am, esposa de Abu, ao relatar como se sentiu quando questionada pelo Conselho Tutelar sobre estar gritando com seus filhos, dá pistas sobre os efeitos do preconceito no funcionamento dos sentidos:

SD9 – Am: Ela falava muita palavra. Eu não entendi nada. Agora eu chora. *Aí fala<sup>15</sup>:*) calma, calma, nó só quer ajuda. Por que grita?. Não grita. Minha vizinha ela grita. Ela faz isso porque eu não brasileira, estrangeira, faz isso [ ] Ela: [...] calma, calma. Eu fala: ele calma. Não, eu não sabe falar muito, quero chamar para meu marido. *Aí eu muito chora: Abu vem aqui. Tem gente querer pegar filho<sup>16</sup>.* Ele vem aqui. [...]Ela escuta pra mim esse áudio. [ ] Eu falei não, brigada, meu filho, minha vida. Só quero essa vizinha calma. Ela não pode fazer isso.

A situação vivenciada por Am, sozinha em casa, sem falar fluentemente a língua portuguesa, questionada por um órgão estatal sobre praticar maus-tratos aos seus filhos, tudo isso a partir do incômodo de sua vizinha com os passos dados pela criança de 1 ano e 7 meses, parece indicar como o preconceito se materializa na língua, como discursividade. Um preconceito que silencia a situação de dominação, de luta pelo poder, oriunda de países do Ocidente, potências hegemônicas em relação ao sul do mundo<sup>17</sup>. Uma censura, portanto, que deixa escapar a vilanização de culturas não-ocidentais, de nações não europeias, resgatando uma noção de barbárie que justificaria o medo, a hostilidade, a exclusão do outro. Algo que passamos a compreender a partir do relato de Abu e Am e que indica que as dificuldades para se integrarem no país de destino são de uma ordem que vai além daquilo que pode ser visto na codificação e decodificação do código linguístico, cujos efeitos se materializam e determinam o acesso ou não à língua.

## 5 Considerações finais

Neste estudo, buscamos traçar uma trajetória que nos permitisse investigar a relação da língua com o processo de integração do imigrante forçado, no país de acolhimento. As lentes da AD nos fazem desconfiar da transparência da língua e pensar em quanto os sentidos deslizam e podem ser outros, dos efeitos das condições de produção

<sup>15</sup> Am se refere ao Conselho Tutelar.

<sup>16</sup> Am mostra o celular, meio pelo qual mandou uma mensagem ao seu marido.

<sup>17</sup> Em referência ao termo Sul Global utilizado por autores pós-coloniais e decoloniais, como Boaventura de Sousa Santos e Achille Mbembe em alusão às regiões periféricas e semiperiféricas, anteriormente denominadas Terceiro Mundo. “Uma metáfora da exploração e exclusão social [...]”. Disponível em:

<[https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&id\\_lingua=1&pag=7851](https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&id_lingua=1&pag=7851)>. Acesso em: 25 de jan. 2020.

num sistema que tem no capital sua centralidade, pois “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 1997a, p. 90).

Problematizar a questão da imigração a partir do processo de integração de uma família de refugiados sírios no Brasil nos trouxe pistas de como os dizeres sobre o migrante, numa construção eurocêntrica, capitalista, ocidental e, ainda, colonial vão fazer circular sentidos que reforçam a dicotomia nacional/estrangeiro, pertencimento/exclusão, escuta/silenciamento. Integrar-se, para o imigrante, passa necessariamente por acessar a língua, a sua de origem, que o conecta com um lugar de identidade, onde pode ser; e outra, a de acolhimento, de sobrevivência, de integração, aquela do país de destino. No entanto, a língua que aprende aqui é espaço onde se saturam os sentidos, lugar da contradição, do equívoco, de formações imaginárias acerca desse imigrante, cujos efeitos se constroem interpelados por condições de produção ideológicas que fazem com que esse sujeito, (não) resguardado pelo direito, permaneça numa constante busca pela regularização do que chamaremos de sua legalidade *in loco*, de sua legitimidade como cidadão.

Nesse vão de sentidos, no qual se constitui o desentendimento, pois a língua, como coloca Orlandi (2005, p. 21), “serve para comunicar e não comunicar”, uma vez que “as relações de linguagem são relações de sujeitos e sentidos e seus efeitos múltiplos e variados”, se configura o preconceito, a censura, o silenciamento, e, ao imigrante, é obrigatória/inevitável a posição dos que estão à margem, os sem-parcela de Rancière (1996), os segregados/humilhados, conforme Orlandi (2017a). Essa reflexão nos faz lembrar de Abu, que, ao pensar a relação da língua com a hostilidade sofrida, quando desabafa:

SD10 – Abu: Sabe, a nossa vida aqui, o que nós trabalha, sabe falar. Mas tem muita coisa, não sabe, não entende. Me sinto brasileiro, mas quando não me entende, não querem me ouvir, me sinto estrangeiro”.

Sentir-se brasileiro, sentir-se estrangeiro, dizeres de Abu que ecoam sentidos de pertencimento e exclusão permeados pelo (in)acesso à língua do lar que se apresenta, a língua que precisaria conhecer para pertencer, para se integrar. Tal qual Ali, trazido em epígrafe, que se viu estrangeiro em Copacabana, na realização do seu trabalho cotidiano, Abu parece intuir que há mais do que podem supor nesse manejar contínuo da(s) língua(s), em sua luta pela sobrevivência.

## Referências

- CORACINI, M. J. Entre adquirir e aprender uma língua: subjetividade e polifonia / Between Acquiring and Learning a Language: Subjectivity and Polyphony. **Bakhtiniana**: São Paulo, 9 (2): 4-24, Ago./Dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bak/v9n2/a02v9n2.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- DALTOÉ, A. S. O direito de ser esquecido, o direito de ser lembrado: memória, esquecimento e funcionamento da metáfora. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, v. 16, p. 135-162, 2014. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao33/artigo6.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

- GIDDENS, A. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2000.
- ORLANDI, E.P. **Eu, tu, ele**: discurso e real da história. Campinas: Pontes, 2017b.
- ORLANDI, E. P. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido e Ideologia. 3. ed. Campinas: Pontes, 2017a, p. 213-239.
- ORLANDI, E. **O Sujeito Discursivo contemporâneo**: um exemplo. In: LEANDRO-FERREIRA; INDURSKY, Freda (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 11-20.
- PAYER, O. **A condição humana de imigrantes à deriva**: corpos, línguas e diluição do sujeito. In: GRIGOLETTO, E; NARDI, F (Orgs.) **A Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Campinas: Pontes, 2016.
- PAYER, O. **Memória, apagamento e os grandes fluxos imigratórios do século XIX e XXI** – processo de subjetivação de imigrantes e refugiados. In: GRIGOLETTO, E; NARDI, F; SILVA SOBRINHO, H. (Orgs.) **Silêncio, memória resistência: A política e o político no discurso**. Campinas: Pontes, 2019.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1975/1997a.
- PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso (AAD-69)**. Tradução de Eni P. Orlandi In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997b.
- VENTURA, D, BARALDI C, ILLES P. **Proteção aos Migrantes**. In: JUBILUT, L. L., BAHIA, A.M.F., MAGALHÃES, J. L. Q. **Direito à Diferença: aspectos de proteção específica às minorias e aos grupos vulneráveis**. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2013.
- RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

Artigo enviado em: 18/06/2020. Aprovado em: 22/07/2020.